

## **Protocolo de Kyoto e o setor florestal**

Philip M. Fearnside  
INPA

O desmatamento amazônico faz uma contribuição significativa ao efeito estufa global. Precisa-se de uma contabilidade completa das emissões e absorções para refletir o impacto climático do desmatamento e os benefícios conseqüentes de evitar isto. Potencialmente, crédito por desmatamento evitado poderia fornecer benefício ambiental e econômico para Brasil, particularmente para a região amazônica. Mudanças na maneira em que as negociações de Kyoto se enquadram no contexto geopolítico aumentam as chances do desmatamento evitado se tornar elegível para crédito sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (Protocolo de Kyoto, Artigo 12) no segundo período de compromisso (2013-2017). Crédito para desmatamento evitado por meio do “comércio de emissões” (emissions trading: Protocolo de Kyoto, Artigo 17) permanece como uma possibilidade com ganhos de potencial substancialmente maiores, mas é ameaçado pela continuação de planos no Plano Plurianual (PPA, o sucessor ao Avanço Brasil) para pavimentação de rodovias e outros projetos de infra-estrutura que fazem com que seja mais difícil reduzir a velocidade do desmatamento. O sinal mais positivo é a experiência com controle de desmatamento em Mato Grosso no período 1999-2001, oferecendo um exemplo concreto da viabilidade de ação governamental impedir os proprietários de terras de desmatar, se o governo deseja fazer assim. O valor significativo do desmatamento evitado é a fonte mais provável da vontade política que é necessária para isto acontecer de uma moda contínua e em larga escala.